

AS ESCOLAS POSSÍVEIS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1889-1929)

Zuleika Stefânia Sabino Roque, Estefânia Knotz Fraga Canguçu

Pontifícia Universidade Católica/SP, Departamento de História, Av George Eastman, 651 Ap 11, 31 de Março, São José dos Campos-SP, stefania.sabino@bol.com.br
Pontifícia Universidade Católica/SP, Departamento de História, Rua Bartira, Ap 21. Perdizes, SP, ekfraga@uol.com.br

Resumo: A História da Educação tem como principal objetivo interrogar os problemas do presente, pensar a ação nas continuidades e mudanças, nesse sentido pretendemos contribuir para a compreensão histórica dos fenômenos educativos por que passou a escola brasileira, mais especificamente as escolas joseenses no final do século XIX e início do século XX, trabalhando a partir de da configuração que as escolas adquirem: aquela idealizada pelos intelectuais, porta-vozes do saber, que através de exemplos do além-mar esboçaram nossa escola; a almejada pelos legisladores, orientando regulamentos internos e demais dispositivos legais a fim de cumprir com sua missão civilizadora e finalmente aquela escola que chamaremos de possível, que foi a gênese da nossa atual escola, não como uma referência nostálgica, mas como instrumento para interrogarmos os problemas do presente à luz do passado.

Palavras-Chave: Educação, Instrução Pública, República.

Área de Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução:

A primeira lei sobre instrução pública no Brasil data da segunda década do século XIX¹, tardiamente a escola foi pensada como uma necessidade em nosso país².

A escola é hoje um local por onde passa praticamente quase todos os cidadãos brasileiros em alguma época de suas vidas, a idéia que temos hoje de escola é bastante distinta daquela que tínhamos no final do século XIX³. Já o século

XX, é tido por muitos historiadores como o “século da escola⁴”. Se até hoje algumas dificuldades esbarram na universalização do ensino e em sua qualidade, na sua gênese a escola brasileira também tropeçou em idealizações, que na prática pouco ou nada tinham a ver com a escola descrita pelos aparatos legais ou pelos intelectuais da época. O que se teve de fato, foi o que vamos denominar de a “escola possível”. Como toda mudança se faz a partir de pessoas e de lugares concretos, no intuito de combater tanto os excessos de memória como os excessos de esquecimento, investigaremos a partir de um vasto corpo documental, as escolas joseenses a fim de compreender como a política educacional nacional que vinha sendo esboçada, é refletida e colocada em prática no interior do Estado de São

¹ A primeira lei sobre instrução pública foi publicada ainda no Império (1827) determinando que na capital da cada província, haveria uma escola de Ensino Mútuo; e nas cidades, vilas e lugares mais populosos as escolas deveriam seguir a mesma orientação. – No caso de São Paulo, a 1.ª lei sobre o ensino (n.º 34 de março de 1846) orientou e organizou a instrução pública. Outra especificidade paulista, é que em 1851 começa um processo de divisão de cargos e de delimitação de espaços de jurisdição. A Província Paulista no período encontrava-se fragmentada em 73 “distritos de instrução pública”.

² O caso brasileiro difere-se de outros casos latino americanos, cujas universidades surgiram ainda no século XVI: São Domingos (1538), México (1551) entre outras. O Brasil tem sua primeira Univesidade (USP) na década de 30 do século XX.

³ As escolas no século XIX são caracterizadas pela total precariedade de materiais e de mobília, os prédios muitas vezes são alugados ou emprestados, as turmas são multi-seriadas, as escolas em geral apresentavam

programas diferenciados para o sexo feminino e masculino, só sendo mistas quando não havia corum para a abertura de turma. Os professores nem sempre possuíam formação e os que eram formados pela Escola Normal da Praça (SP) referência da época, pelos baixos salários e condições de acomodação com pouca freqüência aventuravam-se pelo interior do estado.

⁴ Ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. História da Escola em São Paulo e no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial/ Instituto Braudel, 2005. No Brasil foi no século XX que a política educacional é pensada e as escolas começam a fazer parte efetivamente do cotidiano das pessoas.

Paulo, mais especificamente, no município de São José dos Campos; no intuito de resgatar as múltiplas identidades envolvidas no âmbito escolar, os principais pontos de tensão, conflito, as dificuldades e expectativas dos envolvidos no cotidiano escolar.

Nossa História educacional, como afirmou Marcílio: “é principalmente e antes de tudo uma história de reiteradas tentativas de transplantação de idéias e de instituições européias ou norte-americanas”⁵, porém temos especificidades que merecem ser resgatadas, e que trazem à tona o perfil de escolas diferenciadas dentro de uma mesma localidade: os Grupos Escolares que são plantados nos centros urbanos como símbolos do novo regime político instaurado no final do XIX e como ícones do progresso⁶, mas temos também em contrapartida, a existência de inúmeras escolas isoladas, cuja realidade se difere da do Grupo Escolar e desconhecidas por muita gente.

É válido dizer que até mesmo a educação das famílias mais abastadas nesse momento histórico avança timidamente e com grandes dificuldades. A própria organização da documentação evidencia o quanto a Educação “perdida”, tramita de uma pasta para outra, no Império intitulada “Instrução Pública”, com a Proclamação da República atrelada por longos anos à Saúde, para ganhar, de fato, corpo na década de 30. De lá para cá avanços significativos foram obtidos, mas não se pode perder de vista que a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino (de qualidade) ainda constituem desafios a serem conquistados no século XXI no Brasil.

Materiais e Métodos:

A possibilidade de resgatar o cotidiano das escolas joseenses existentes no final do século XIX e décadas iniciais do século XX, no período denominado: Primeira República (1889-1929), tem sido possível graças ao vasto corpo documental⁷ que fora levantado em razão da

⁵ Op Cit, p. 127

⁶ A esse respeito, o trabalho de Rosa Fátima de Souza: *Templos de Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*, trata dos pilares do novo regime político instaurado no Brasil e de que modo as típicas escolas urbanas aparecem como locais de espetáculos, ritos e como parte de um “projeto Civilizador”.

⁷ Os Acervos consultados foram os do Arquivo Público Municipal de São José dos Campos, Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: Centro de Referência em Educação Governador Mário Covas. Foram consultadas correspondências emitidas pela Comissão

presente pesquisa. Essa gama de fragmentos quando sobrepostos permitem a construção de um mosaico em que se torna possível a compreensão da questão educacional em São José dos Campos e sua especificidade.

Resultados:

Embora a Educação Pública no Estado de São Paulo fosse orientada pelo Regimento Interno das Escolas Públicas⁸, que já apontava sendo obrigatória a frequência da escola por crianças de 7 a 12 anos, São José, mostra-se um caso particular por apontar um Regulamento da Instrução Pública Municipal⁹ e também pelo fato de ter uma Lei de Obrigatoriedade do Ensino¹⁰ que mobiliza não só um recenseamento na ocasião, como dá outras providências como, por exemplo, o estabelecimento da Caixa Escolar. Essas duas evidências já denotam uma singularidade e adaptações da legislação para atender às dificuldades locais¹¹.

Discussão:

São muitas as possibilidades de análise. Por exemplo: o que teria levado o município de São José dos campos a estabelecer caminhos próprios para a questão educacional? Qual Educação estavam interessados em transmitir no período e para qual clientela? Que pistas a documentação oferece sobre o cotidiano dessas escolas – seus programas, métodos, materiais didáticos, que alunos são esses que frequentam tais escolas?

Este é um período de muitas mudanças no cenário nacional em decorrência da ebulição no cenário político em que estavam sendo gestados os preceitos da recém configurada “nação”. De que modo essas discussões, que se davam no âmbito nacional, se singularizam nas

Municipal de Instrução Pública de São José dos Campos entre os anos de 1889-1899, além de relatórios emitidos por professores das escolas joseenses, regimentos internos, e documentos diversos pertencentes à Administração Municipal, como por exemplo: Registro de termos de exame, termos de visita de inspetores às escolas, Atas de recenseamento escolar, inventários de material escolar, livros de matrícula, registro de chamada e publicações didáticas e jornais do período

⁸ Regimento interno publicado em 1892:

⁹ Publicado no Código de Postura (1901)

¹⁰ Lei n.º 10, publicada em 1910.

¹¹ Dentre as principais dificuldades apontadas nos relatórios sobretudo dos professores, fica evidente a carência de mobília e de utensílios básicos para o exercício do magistério.

escolas joseenses? Como se processou o pós-abolição e a implantação da República no município de São José dos Campos?

Conclusão:

Dentre todos as fontes documentais, os Termos de Visita destacam-se pelo fato de que trazem à tona uma figura emblemática no âmbito escolar, que é a do inspetor, cujo discurso na maioria das vezes reforça termos como: ordem, respeito, disciplina, progresso, limpeza, higiene e modernidade. Qual o sentido dessas palavras em meio a esses documentos? Por quê a escola se mostra um local “civilizador”?

As transformações de ordem político-social e cultural por que passou o Brasil oitocentista, de alguma forma, estão amarradas ao modelo educacional oficial.

A “educação” da população constitui uma preocupação governamental, seja por conta do novo modelo de trabalhador que se espera, seja através do estereótipo de cidadão que se idealiza dentro de um novo modelo de política, que de início em nada atendeu à maioria¹², sem perder de vista que as cidades passam a ganhar a atenção das autoridades públicas, constituindo-se em símbolos da modernidade.

Referências:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. SP: Brasiliense, 2006 (47.^a ed)

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. SP: Companhia das Letras, 2004.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da Educação Brasileira: leituras. SP: Pioneira Thompson Learning, 2005.

MARCÍLIO, M.^a Luiza. História da Educação em São Paulo e no Brasil. SP: Instituto Braudel / Imprensa Oficial: 2000

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho. SP: EDUSC, 2002.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Educação e Letramento. SP: Unesp, 2004.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. A Higienização dos costumes: Educação Escolar e Saúde no Projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. RJ: Petrópolis, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo (1890-1910). SP: Unesp, 1998.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (org). Histórias e memórias da Educação no Brasil. Volume II. (Século XIX)

VIDAL, Diana Gonçalves e FILHO, Luciano Mendes de Faria. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação – ANPED – Mai/Jun/Jul/Ago 2000, N.º 14. pp 19-34

¹² José Murilo de Carvalho, em “Os Bestializados” discute a implantação da República no Rio de Janeiro e seus impactos sobre a população, principalmente os populares. Em São José dos Campos no período, pela análise de Códigos de Postura, percebe-se uma grande preocupação com a estética da cidade, das fachadas das casas, dos cuidados que a população deveria ter para com a criação de animais, a apresentação do quintal, entre outras medidas que eram passíveis de multa e até mesmo de prisão, mas que pareciam estar distantes da realidade da população.